



## CONSTRUINDO A HISTÓRIA NÃO OFICIAL: A IMPORTÂNCIA DOS ATORES SOCIAIS PARA SE PENSAR O TERRITÓRIO DE LEBON RÉGIS/SC

*BUILDING THE NON-OFFICIAL HISTORY: The importance of social actors to think about the  
territory of Lebon Régis / SC*

*CONSTRUYENDO LA HISTORIA NO OFICIAL: La importancia de los actores sociales  
para pensar el territorio de Lebon Régis/SC*

Julia Ramalho Rodrigues<sup>1</sup>  
Afrânna Hemanuely Castanho Duarte<sup>2</sup>

**Recebido em:** dezembro de 2018  
**Aceito e publicado em:** dezembro de 2019

**RESUMO:** Considerando a Guerra do Contestado (1912 - 1916) como um massacre legitimado pela República brasileira, que deixou marcas na história do povo caboclo até hoje, entende-se a necessidade de conhecer também a história não dita, a não oficial, aquela que corresponde ao que os atores sociais daquele território vivenciaram, indo além da história oficial contada pelo Estado e seu exército. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo pensar os usos do território de Lebon Régis-SC a partir da ótica do povo caboclo na tentativa de refletir sobre os desafios de construir políticas sociais territorializadas. Para tal, foi utilizada uma combinação de pesquisa bibliográfica sobre o município de Lebon Régis-SC e seu povo caboclo com observações realizadas em um trabalho de campo no território em questão. A partir de diversos elementos observados, percebe-se a necessidade de dar voz aos sujeitos no processo de construção das políticas sociais, para possibilitar um processo de “baixo para cima”, valorizando as potencialidades locais desse território com mobilizações e muita resistência.

**Palavras-chave:** Povo caboclo; Coração do Contestado; Território.

<sup>1</sup> Atualmente é mestranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL 2017).

<sup>2</sup> Atualmente é doutoranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL 2009). Foi residente pelo Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Atenção Hospitalar, com ênfase em Saúde da Mulher pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná - (UFPR 2012). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS 2018).

**Abstract:** *Considering the War of the Contestado (1912-1916) as a massacre legitimized by the Brazilian Republic and that left marks in the history of the caboclo people until today, it is understood the need to know also the history not dictated, the unofficial, to which corresponds to what the social actors of that territory experienced, going beyond the official story told by the state and its army. In this sense, this work aims to think about the uses of the territory of Lebon Régis/SC from the optics of the caboclo people in an attempt to reflect on the challenges of building territorial social policies. For this purpose, it was used a combination of bibliographic research about the municipality of Lebon Régis/SC and its caboclo people with observations made in a field work in this territory. Based on several observed elements, it is necessary to give voice to the people in the process of building social policies, to enable a process of "upwards", valuing the local potential of this territory from mobilizations and much resistance.*

**Keywords:** *Caboclo people; Heart of the Contestado; Territory.*

**Resumen:** *Considerando la Guerra del Contestado (1912 – 1916) como una matanza legitimada por la República brasileña y que dejó marcas en la historia del pueblo caboclo hasta hoy, se entiende la necesidad de conocer también la historia no dictada, la historia no oficial, la que corresponde a lo que los actores sociales de aquel territorio vivenciaran, más allá de la historia oficial dictada por el Estado y su ejército. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo pensar los usos del territorio de Lebon Régis/SC a partir de la óptica del pueblo caboclo en el intento de reflexionar acerca de los desafíos de construir políticas sociales territorializadas. Para tal objetivo, fue utilizada una combinación de relevamiento bibliográfico sobre el municipio de Lebon Régis/SC y su pueblo caboclo con observaciones realizadas en un trabajo de campo en este territorio. A partir de diversos elementos observados, se percibe la necesidad de dar voz a los sujetos en el proceso de construcción de las políticas sociales, para posibilitar un proceso de "abajo para arriba", valorizando las potencialidades locales de este territorio a partir de movilización y mucha resistencia.*

**Palabras-clave:** *Pueblo caboclo; Coración del Contestado; Territorio.*

---

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da avaliação da disciplina “Tópicos Especiais em Política Social: A Lógica territorial na gestão das políticas sociais” do curso da Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Apresentaremos, neste artigo, algumas considerações a partir do conteúdo teórico trabalhado na disciplina e a partir da viagem de campo realizada na região do Contestado durante três dias. O objetivo é pensar os usos do território de Lebon Régis-SC a partir da ótica do povo caboclo na tentativa de refletir sobre os desafios de construir políticas sociais territorializadas.

Com base na história da guerra e na realidade da região do Contestado hoje, além das vulnerabilidades existentes, questionamo-nos sobre o desafio real e atual de decifrar os conflitos e resistências que ainda pulsam nesse território, seja pelas diversas organizações com lideranças de moradores, religiosas, dos movimentos sociais, seja pela própria universidade com articulação de pesquisa e extensão, entre outros. Acreditamos que a lógica territorial para fundamentar o

planejamento e a gestão das políticas sociais nos municípios deve ter como premissa realizar (re)leituras e necessários diálogos com as redes e os atores sociais que compõem o território.

A história do Contestado é marcada por muitas influências determinantes na história do Brasil, considerando a presença, antes do início da guerra, do povo indígena, quilombola e do caboclo posseiro. O Contestado é um território demarcado entre as divisas dos estados de Santa Catarina e Paraná e foi palco de tensões e disputas de poder desses estados e seus limites territoriais. Na década de 1880, com o objetivo de integrar as regiões do País, o Império brasileiro, já no seu fim, determinava a construção de estradas de ferro na região sul.

De acordo com Fraga (2015), por volta de 1900, com a virada do século, já proclamada a República brasileira, a Companhia Nacional de Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande é concedida para a empresa *Brazil Railway*, fundada por empresários norte-americanos. A empresa recebe do Governo Federal, como pagamento pela construção da estrada, muitas propriedades de grande extensão, no Brasil. No ano de 1911, com o objetivo de explorar essas terras, a *Brazil Railway* criou a *Brazil Lumber*, que, por meio da extração da madeira da araucária, uma das riquezas naturais do território, logo se tornou uma grande madeireira na América do Sul na época. Esse processo de enriquecimento e de aumento de poder de um grupo norte-americano sobre terras brasileiras estaria ligado, substancialmente, à expulsão daqueles que, por muitos anos, viviam e trabalhavam naquelas terras, embora sem qualquer título legal, os chamados posseiros.

Na época do auge ferroviário, as empresas britânicas tinham obtido, amiúde, consideráveis concessões de terras em cada lado das vias, além das próprias linhas férreas e do direito de construir novos ramais. As terras constituíram um estupendo negócio adicional: o fabuloso presente outorgado em 1911 à *Brazil Railway* determinou o incêndio de inúmeras cabanas e a expulsão ou a morte das famílias camponesas assentadas na área da concessão. Este foi o gatilho que disparou a rebelião do contestado, **uma das mais intensas páginas de fúria popular de toda a história do Brasil** (GALEANO, 1988, p. 2017, grifos nossos).

A Guerra do Contestado, e por que não chamá-la de uma das veias abertas da América Latina, conforme compôs a obra de Galeano, teve início com a repressão/expulsão dos camponeses, que se transformaria em um grande massacre do povo caboclo, iniciado no ano de 1912 em uma das primeiras batalhas ocorridas na cidade de Irati. A última batalha teria ocorrido no Vale de Santa Maria, no município de Timbó Grande, no ano de 1916. A guerra do Contestado envolveu lutas político-ideológicas de interesses contraditórios entre representantes do capital estrangeiro, que passam a ter o poder dos latifúndios, com fins de extração das riquezas naturais em um país, onde o governo atende aos interesses desse capital e não respeita os direitos do povo de sua própria terra. Esse mesmo povo, identificado como posseiros, sertanejos,

camponeses e seguidores do messias João Maria, foi expulso pelas empresas norte-americanas, com apoio do governo brasileiro e do exército federal e estadual.

A estrada de ferro, que deveria trazer desenvolvimento à região, serviu para transportar militares e para facilitar o saque da madeira e de outras riquezas da região, assim como para abrir os caminhos da colonização. Os agricultores, descendentes de italianos e alemães, possuíam famílias grandes e não se interessavam em contratar mão de obra alheia, por isso preferiam comprar colônias desabitadas. Eis aqui outra razão inerente à tese da “limpeza de área”, já apontada (TOMAZI, 2008, p.121).

A história da Primeira República do Brasil é marcada por duas grandes resistências populares: as guerras do Contestado (1912 a 1916) e de Canudos (1896 a 1897). Ambas foram identificadas pelas elites e disseminadas pelos meios de comunicações existentes como rebeliões de fanatismo religioso, os chamados jagunços e adeptos da monarquia, que deveriam ser reprimidos pelo Exército brasileiro em nome da ordem e do progresso da nova República. Em Canudos, Antônio Conselheiro e, no Contestado, João Maria de Agostini e seu sucessor José Maria de Jesus representam os messias, líderes e profetas que discordavam da repressão instaurada, somando-se a insatisfação com as precárias condições em que viviam os camponeses e posseiros das regiões. A Guerra do Contestado também contou com importantes lideranças caboclas em diferentes cidades da região do Contestado, como Maria Rosa, Chica Pelega e Adeodato Manoel de Ramos, entre outros.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para atingir tal objetivo mencionado acima, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre a Guerra do Contestado, sobretudo do município de Lebon Régis-SC, por se destacar enquanto um dos principais palcos dessa história e, nesse sentido, ser nomeado como o Coração do Contestado. Além disso, para a elaboração do trabalho, foram utilizados enquanto recursos de dados e informações sobre o povo caboclo lebon-regense e suas mobilizações em blogs, o canal de Youtube e, até mesmo, produções bibliográficas, buscando fazer uma interlocução a partir de observações realizadas durante o trabalho de campo de duração de três dias em municípios que vivenciaram este fato histórico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Lebon Régis: o coração do Contestado**

Um dos municípios que conhecemos durante a viagem de campo foi Lebon Régis, uma das cidades que mais vivenciou os conflitos da guerra, que hoje é reconhecido pelo nome de “coração do contestado”. Atualmente apresenta uma realidade determinada pela história de luta e resistência.

Lebon Régis, pequena cidade da ex-região contestada foi na década de 1980 e início dos anos 1990, a típica cidade do interior do Brasil que corria o risco de desaparecer do mapa devido ao êxodo rural e à falta de perspectivas, além da concentração das terras regionais nas mãos de poucos latifundiários. Tais fatos foram modificados com as ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o assentamento em muitos latifúndios desapropriados pela reforma agrária. Isso trouxe vida, desenvolvimento e geração de riqueza para o município que tendia ao desaparecimento (FRAGA, 2015, p.36).

Ao conhecer a região do Contestado, foi possível visualizar as diferentes características territoriais e culturais do povo Caboclo e refletir a respeito delas, mas, para além das diferenças, é possível fazer conexões com as semelhanças dos diversos massacres que os povos brasileiro e latino-americano sofreram ao longo do processo histórico de colonização, e ainda hoje sofrem com o imperialismo dos ditos países desenvolvidos. São marcas de uma história que o Exército brasileiro não faz questão de contar, pois a região do contestado e seus habitantes vivem as desigualdades do sistema capitalista, identificadas, hoje, nas altas taxas de desemprego e no uso de grande extensão territorial pela monocultura de plantação de *Pinus* e *eucaliptos*<sup>3</sup>.

A região é marcada pela contradição da monocultura e da resistência dos assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A paisagem é marcada pela sobrevivência de algumas araucárias, com suas majestosas copas no céu de inverno, assim como os cemitérios históricos de caboclos que resistem, enquanto rugosidades, em meio à plantação de *pinus*, além dos crematórios, localizados principalmente no município de Lebon Régis, utilizados para incendiar os corpos durante a guerra. Muitos desses crematórios ainda são desconhecidos e não tiveram o devido tombamento, ato de reconhecimento do valor histórico e até mesmo de provas de um verdadeiro massacre realizado no território caboclo.

De acordo com Melo (2017), desde a década de 1960, no Brasil, há um incentivo governamental para o plantio dessa monocultura de *Pinus* e *Eucaliptos* justificado pelo discurso de reflorestamento e sustentabilidade ambiental. Ao contrário disso, muitas organizações, movimentos sociais e iniciativas governamentais têm apresentado e denunciado, ao longo dos anos, os conflitos referentes ao acesso à terra e aos recursos naturais, o uso excessivo de

---

<sup>3</sup> Consideradas árvores exóticas, pois não são nativas do Brasil.

agrotóxicos, assim como problemas de violações às legislações trabalhistas e direitos dos trabalhadores.

A área total ocupada pelos assentamentos representa apenas 11,5% da área destinada à plantação de pinus ou eucalipto, 42% da área de soja e metade da área destinada à plantação de milho na região do Contestado Catarinense, cultivos que, como vimos, são predominantemente monoculturas, os carros-chefes do agronegócio e estão entre os de pior rendimento para o proprietário por hectare, causam grandes impactos ambientais e geram poucos empregos diretos no campo (MELO, 2017. p.148).

A história dos movimentos de luta pela terra no Brasil tem grandes influências de organizações religiosas, uma delas é a Pastoral da Terra, criada na década de 1970, que contribuiu muito para a luta e para a constituição do MST na década de 1980. Nesses períodos, alguns municípios (Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande) da região do Contestado também viveram a concretização e os avanços dessas lutas com a criação de vários assentamentos, principalmente a partir do final da década de 1980.

Segundo Melo (2017) e a partir de dados do INCA, apesar de os assentamentos ainda enfrentarem muitas dificuldades, é preciso reconhecer o avanço e a permanente luta de resistência dessas famílias agricultoras e descendentes dos caboclos que foram expulsos e mortos em suas próprias terras. Essa é uma luta que vai contra a lógica do capital que favorece a concentração da propriedade privada, dos grandes latifúndios e do lucro com as especulações do capital financeiro. Nesse embate e disputa, temos as políticas sociais que acabam sendo insuficientes devido à falta de subsídio, apoio e financiamento aos pequenos agricultores e às cooperativas dos assentamentos. Ao contrário, assistimos às políticas de governo com substantivo financiamento do agronegócio e da monocultura na região.

A partir da leitura aventureira, corajosa e apaixonada dos relatos de Fraga (2015) e por meio da vivência na viagem de campo, pudemos observar, conversando com alguns moradores, que por sinal nos acolheram com tanto carinho, que a população dessa região do Contestado viveu e ainda vive o assombro da desqualificação e criminalização da luta dos caboclos contra a repressão da República brasileira. O exército, além de massacrar o povo caboclo, cuidou de articular a imagem a ser representada hegemonicamente pelas elites.

A fotografia também foi um meio de o exército registrar seus feitos e combater a instabilidade política da república, por meio de críticas e discursos que não fossem do próprio exército. O recurso fotográfico somou-se aos esforços de um projeto de desenvolvimento do País, incluindo a modernização militar, que tinha papel importante na divulgação dos ideais republicanos que buscavam “civilizar” os diversos territórios do país, combatendo o fanatismo e

a ignorância. As fotografias, de acordo com Rodrigues (2014, p.384), “funcionaram como crônicas visuais do discurso oficial, no qual o Exército brasileiro era o personagem central”.

Embora a fotografia dos rebeldes do Contestado mostre pessoas que se apresentaram ao Exército, em sua composição temos a idéia que elas foram capturadas. A presença de oficiais na margem direita e homens armados ao fundo confere autoridade ao evento encenado, apresentando os fiéis, encurralados pelas forças repressoras, como troféu da guerra. Merece destaque a presença de civis entre os militares, possivelmente autoridades da vila mais próxima, que colaboraram com o Exército. Também há de se ressaltar a presença de idosos, mulheres e crianças entre os sertanejos, o que demonstra o perfil daqueles que se apresentavam à força repressora. As degolas, praticadas comumente pelas forças repressoras, não mereceram sequer uma imagem no álbum, nem poderia tê-la, pois um Exército profissional não deveria se comportar de forma tão bárbara (RODRIGUES, 2008. p.282).

A citação de Rodrigues (2008), referente à Figura 01 pertencente ao arquivo histórico do exercito brasileiro, faz-nos refletir sobre a imagem e a propaganda que o exército queria apresentar na época, preservando seu caráter “profissional” na civilização moral do país. Além de servir “como aparato de cristalização da memória de sua participação em momentos cruciais de contestação dos valores dominantes. Nesse sentido, o discurso militar se apresenta, ao mesmo tempo, com um caráter de documentação para seus pares e para a posteridade, como também para o convencimento da sociedade quanto ao papel que a corporação desempenhava nos rumos sociais e políticos do país” (RODRIGUES, 2014, p.399).

**Figura 01. Registro fotográfico do Exército brasileiro cercando rebeldes na região do Contestado.**



Fonte: AHEx – Arquivo Histórico do Exército (*apud* RODRIGUES, 2008).

A imagem de desqualificação e criminalização é observada tanto na desprezível figura do caboclo, como o jagunço fora da lei e contra a ordem vigente. Escutamos, durante a viagem de campo, que, na região do Contestado, vive uma população com “baixa autoestima” e que falar sobre a Guerra ainda é “um assunto que não se fala”:

Quando perguntei sobre o combate no Contestado, ele se limitou a dizer que “ninguém proseia isso... ninguém fala naquilo”. Da conversa com o casal Larrocheski se tira a conclusão de que existe viva a memória sobre os acontecimentos bélicos regionais, porém não diferindo muito da sociedade que os envolve - é melhor não falar e comentar “aquilo”. Não se duvida que a sociedade contestadense foi envolvida por uma política de fazer esquecer, pois se incutiu a ideia de que os caboclos e os que lutaram com eles se resumiam numa horda de bandidos fanatizados - assim se constrói a ideia de sentir vergonha pelos fatos mencionados (FRAGA, 2015, p.84).

Podemos atribuir essa discussão ao processo de moralização nas relações humanas, que aqui estaria ligada diretamente à hegemonia de um projeto social da classe burguesa, um projeto que atribui modos de ser, de uma classe que enriquece sobre exploração de outra, na defesa de interesses e liberdades individuais. Nesse sentido, desmistificar essa “baixa autoestima”, sentimento de inferioridade, essa “vergonha”, “medo” da figura do caboclo e da guerra do contestado, é olhar para o processo histórico, para as rugosidades e disputas de poder presentes nos territórios, de maneira que ultrapassemos uma análise aparente do fenômeno e possamos analisá-lo minuciosamente na sua essência, totalidade e suas contradições.

### **Caboclos lebon-regenses fazendo história durante e após a Guerra do Contestado**

Como já foi referenciado, Lebon Régis-SC estabeleceu-se como um dos principais palcos de conflitos durante o que Oliveira e Fraga (2016, p. 157) compreendem como “genocídio legitimado”. Os mesmos autores discorrem como o não reconhecimento da cultura regional e a negação das potencialidades desse povo “em detrimento da valorização da moda eurocêntrica” resultaram na “dizimação do nativo” (OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 154).

Nesse sentido, o povo caboclo “continua oculto, invisível e silenciado no seu direito cidadão, (sobre) vivendo uma secular vitimação comunal alheia a qualquer política efetiva para sua emancipação e dignidade social” (OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 153). Para os autores, o município de Lebon Régis é,

[...] na atualidade, um depositário de sujeitos pobres que pagam um passivo social resultante dos desmandos historicamente perpetrados pelo interesse estatal a serviço do privado, refletindo numa demanda social não apenas concreta, mas na



impossibilidade da vivência do caboclo, uma subversão de valores tão ignorantes e divergentes de autonegação dos sujeitos, sucumbidos num nevoeiro de ostracismo, invisíveis e incapazes de resgatarem sua identidade cabocla. (OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 161).

A cidade, além de carregar o nome do militar, general Lebon Régis, também representa “a história oficial, a dita história dos vencedores, o caboclo aí não tem vez, não tem voz e não tem vida” (ibidem, p. 162).

Para Milton Santos (2001, p. 97), o território é composto por relações de poder, econômicas e simbólicas, sendo “o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população”. Nesse sentido, também devemos compreender que o uso do território se dá por diferentes atores sociais com forças desiguais, sendo, dessa maneira, visível que a força do povo caboclo é permeada por invisibilidade e opressão frente à história que é contada oficialmente.

Como exposto anteriormente, no Contestado, algumas lideranças, conhecidas por “monges”, destacaram-se no povo caboclo por demonstrarem insatisfação com a ordem instaurada e, além disso, representar fé, consolo e força para aqueles que vivem em meio a uma conjuntura tão desfavorável. João Maria de Agostini e seu sucessor José Maria de Jesus foram exemplos de profetas que denunciavam as precárias condições de vida dos povos daquela região. Além disso, por volta dos anos 1910, surgiu a figura do José Maria de Santo Agostinho, conhecido por seu conhecimento de ervas e chás medicinais (PAULA, 2016).

Todavia, por mais que esses personagens tenham se destacado na história do Contestado, é nítido o processo de invisibilizar a cultura cabocla e de seu povo. É importante, porém, destacar que, nos últimos anos, o município de Lebon Régis tem vivenciado “um processo de empoderamento da cultura cabocla em construção pela sociedade”, envolvendo diversos agentes externos e locais (OLIVEIRA; FRAGA, 2016, p. 161). Nos dias de hoje, podemos identificar organizações dos próprios caboclos para resgatar a história daquela região, preservar sua identidade cultural e valorizar todo o seu potencial.

Raffestin (1993, p. 7 - 8) dizia: “o território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias”.

Assim, no município em questão surgiram organizações como o Grupo de Ação de São João Maria, que surge com o intuito de revelar sítios históricos da Guerra do Contestado e valorizar a cultura cabocla. Esse grupo passou a ser nomeado Associação Cultural Coração do Contestado e, através de diversas parcerias, tem desenvolvido ações no sentido de possibilitar o desenvolvimento local e o investimento de recursos públicos estaduais na região.

O reconhecimento por meio de legislação estadual, Lei nº 17.466 de 2018 de Santa Catarina, do município de Lebon Régis como “Coração do Contestado” foi fruto da mobilização e articulação de diversos atores sociais: Associação Cultural Coração do Contestado, Observatório da Região e da Guerra do Contestado da Universidade Estadual de Londrina, Paróquia Santo Antônio do município, Cavaleiros do Contestado e da Prefeitura Municipal em questão (FRAGA, 2018).

Por meio dessas parcerias, a Associação Cultural Coração do Contestado, composta por caboclos lebon-regenses, iniciou diversas ações: realização de atividades lúdicas e culturais, como festivais, danças, eventos pelas comunidades e no Coração do Contestado; organização da Semana do Contestado; aprovação da Lei municipal nº 1553 de 2016 que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município de Lebon Régis-SC por meio da criação de Conselho e Fundo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural; aprovação de tombamento dos bens materiais e imateriais como patrimônio e, ainda, planejamento turístico para o município através dos diversos atrativos religiosos, culturais, ambientais, históricos e gastronômicos que Lebon Régis apresenta. “Nesse sentido, o município dá um grande passo em prol da valorização da cultura ancestral dos seus habitantes” (OLIVEIRA; FRAGA, 2016. p. 162).

No vídeo *Nasce o Canal do Contestado* do Youtube (2017), um dos colaboradores na Associação Cultural do Coração do Contestado reafirma o esquecimento por parte do Governo do Estado de Santa Catarina referente à Região do Contestado, declarando que uma das únicas visitas dos governantes estaduais foi no ano de 1939. A Associação procura uma compensação social e econômica referente ao histórico das vivências da região em relação à República brasileira (CANAL DO CONTESTADO, 2017).

Como foi exposto, as cidades interioranas não se desenvolveram economicamente, reproduzindo a lógica da seletividade dos territórios por parte das políticas sociais de Estado. Sendo assim, “o uso do território torna-se ainda mais seletivo e, desse modo, acaba punindo as camadas mais pobres, isoladas e distantes dos centros produtivos. Agravam-se diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e a outras formas de comando e dominação” (SILVEIRA, 2009, p. 132).

Diversas iniciativas têm sido adotadas para romper com essa visão de inferioridade cabocla em relação às demais regiões do estado de Santa Catarina, a exemplo de legislações que definem a bandeira do Contestado como símbolo regional do Estado e, também, a oficialização da Semana do Contestado na programação de Santa Catarina. Desde 2015, ações no sentido de proporcionar maior visibilidade ao povo caboclo surgem para que o Estado destine maiores investimentos e recursos humanos e financeiros em termos de políticas públicas.

Fraga e Ludka (2012) já sinalizam a importância do fortalecimento das redes históricas para preservar a história nacional e valorizar a cultura cabocla para potencializar o desenvolvimento local, com geração de renda, de oportunidades de trabalho e que se reverta o histórico de pobreza da região do Contestado. Assim, entende-se que, para se pensar em políticas públicas territorializadas, é necessário considerar como, onde, por quem, por que e para que o território em questão é usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Maria Rosa entrou na Guerra/ Na terra do Contestado/  
Levando Flores no Cabelo/ Comandou o povo armado/  
Levando flores no cabelo/ no vestido e no fuzil/  
Maria Rosa foi mistério da bravura juvenil/ Salve a virgem dessa guerra Santa/  
Em sua História o passado se levanta/ Caraguatá é o seu reduto/  
Arma o povo de facão/ Pra vingar Taquaruçu/ Em nome de São Sebastião/  
A guerrilheira adolescente/ Transformou-se em heroína/  
Tal como Anita Garibaldi/ Honrou Santa Catarina” (Vicente Telles)

Vicente Telles, historiador, músico, poeta e militante da causa e da valorização da cultura cabocla, também inspirou e enriqueceu o conhecimento sobre a Guerra do Contestado por meio de suas obras. Várias delas produzidas e representadas em peças teatrais. Por ocasião da visita à região, tivemos a alegria de assistir, no município de Timbó Grande, à apresentação de uma dessas peças, encenada por alunos e alunas de um Centro Municipal de Educação Básica, sobre a liderança de Maria Rosa, também conhecida como a Joana D'Arc do sertão.

Diante do que foi exposto, podemos considerar que hoje existem diferentes esforços que representam a resistência desses atores sociais em diferentes frentes e organizações (Associação de moradores, Cooperativas de Assentamentos, atividades de resgate histórico-cultural nas Escolas, os próprios movimento sociais, entre outros.) que buscam resgatar e fortalecer a história e a cultura cabocla, muitas vezes construindo caminhos para uma gestão mais participativa e democrática nesses municípios.

A história da Primeira República do Brasil, frente à repressão dos caboclos em nome das forças desenvolvimentistas e modernizadoras, é marcada por um genocídio legitimado pelo

Estado. Essa marca histórica, territorial e ideológica é reproduzida até hoje por estereótipos da vida cabocla, invisível, oprimida, sem voz e sem vez - negação do caboclo como sujeito-social, parte da história.

Entretanto, também vemos nessa história atual organizações da sociedade civil, mobilização do próprio povo caboclo na tentativa de reconstruir e contar sua história, valorizar sua cultura e preservar seus patrimônios materiais e imateriais, buscando uma “compensação social” através de políticas públicas. O povo precisa lembrar a importância dos atores sociais na gestão de políticas públicas regionalizadas, territorializadas e voltadas para aquela realidade local, ou seja, construir as políticas públicas de “baixo para cima”.

Não podemos deixar de considerar a riqueza histórica do conhecimento e da experiência que vivenciamos durante a disciplina e, principalmente, na viagem de campo realizada ao território. O não conhecimento da história do Contestado por muitos alunos e colegas presentes na disciplina demonstra e reafirma o que apresentamos no decorrer deste artigo a respeito da história não oficial, ou seja, aquilo que a história oficial da República brasileira quer apagar.

## REFERÊNCIAS

CANAL DO CONTESTADO. **Nasce o Canal do Contestado**. 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rG0k9OV\\_L4o](https://www.youtube.com/watch?v=rG0k9OV_L4o). Acesso em: 08 ago. 2018.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido “Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2015.

\_\_\_\_\_. **Coração do Contestado**: o reconhecimento e os desafios de um município catarinense, palco central da Guerra do Contestado. 2018. Disponível em: <https://www.clickriomafra.com.br/noticias/noticia-do-leitor/coracao-do-contestado-o-reconhecimento-e-os-desafios-de-um-municipio-catarinense-palco-central-da-guerra-do-contestado/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FRAGA, N.C.; LUDKA, V.M. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: LAS INDEPENDENCIAS Y CONSTRUCCIÓN DE ESTADOS NACIONALES: PODER, TERRITORIALIZACIÓN, SIGLOS XIX-XX, n. 12, 2012, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, p. 101 – 118.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

MELO, T. S. A necessidade da Reforma Agrária na região do Contestado Catarinense. **Rev. NERA**, Presidente Prudente (SP), ano 20, n. 35, p. 133 – 152, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, E.D.; FRAGA, N.C. Lebon Régis/SC, da vivência cabocla no Contestado ao sufocamento na lógica agrário-capitalista. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 12, n. 2, p. 150 – 170, jul./dez. 2016.

PAULA, A. M. Território de Lebon Régis, SC: Antes durante e depois da Guerra do Contestado. In: FRAGA, N.C. (Org.). **Contestado**: cidades, reflexos e coisificações geográficas. Florianópolis: Insular, 2016. Cap. 2, p. 39 - 56.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo (SP): Ed. Ática, 1993.

RODRIGUES, R. R. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro (RJ): UFRJ; IFCS, 2008.

\_\_\_\_\_. Animatógrafo da guerra: Canudos e Contestado e a fotografia militar no Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 9, n. 2, maio/ago. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222014000200008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222014000200008&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 19 ago. 2018.

SILVEIRA, M.L. Ao território usado a palavra: pensando princípios de solidariedade socioespacial. In: VIANA, A.L.; IBÁÑEZ, N.; ELIAS, P.E.M. (Orgs.). **Saúde, desenvolvimento e território**. São Paulo: Hucitec, 2009. Cap. 4, p. 127 - 150.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**. Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TOMAZI, G. Heranças e direitos dos jovens do Contestado. **Rev. Visão Global**, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 113-138, jan./jun. 2008.